

Política de Investimento

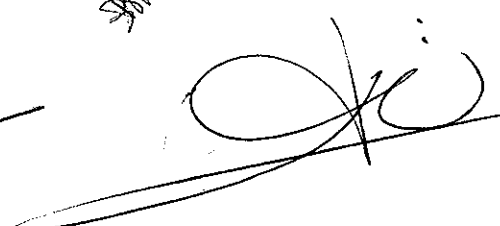
Exercício 2020

RPPS

*Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais
de Pato Branco - PATOPREV*



Simão S. Weber



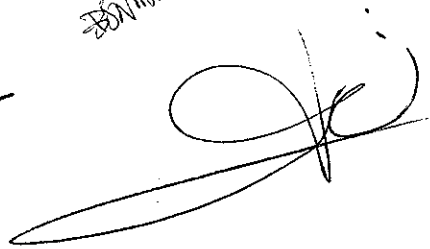
Marinês

ÍNDICE

1	Introdução	2
2	Definições	2
3	Gestão Previdenciária	3
4	Comitê de Investimentos	3
5	Consultoria de Investimentos	4
6	Diretrizes Gerais	4
7	Modelo de Gestão	5
8	Segregação de Massa	5
9	Meta de Retorno Esperado	5
10	Aderência das Metas de Rentabilidade	6
11	Carteira Atual	7
12	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	7
13	Cenário	7
14	Alocação Objetivo	10
15	Apreçamento de ativos financeiros	11
16	Gestão de Risco	12
16.1	Risco de Mercado	12
16.1.1	VaR	12
16.2	Risco de Liquidez	12
A.	Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)	13
B.	Redução de demanda de mercado (Ativo)	13
16.4	Risco de Terceirização	14
16.5	Risco Legal	15
16.6	Risco Sistêmico	15
17	Considerações Finais	15



Edilson S. Nole



Marinês

1 Introdução

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco, **PATOPREV**, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018 e a Resolução CMN nº 3922/2010 e posteriores alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Esta Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa e renda variável, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam a proporcionar orientações aos gestores de quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS.

Objetiva estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município de Pato Branco, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho de Administração do PATOPREV na reunião ordinária nº 13, que ocorreu em 13/11/2019.

2 Definições

Ente Federativo: Município de Pato Branco, Estado do Paraná

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV

CNPJ: 30.731.795/0001-79

Meta de Retorno Esperada: IPCA + 5,89% AA

Categoria do Investidor: GERAL

BRUNO S. Nogueira

Martins

Martins

3 Gestão Previdenciária

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem procedimentos de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório cumpram seus códigos de conduta pré acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Administração, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 519/11 e posteriores alterações, combinado com a Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, o Comitê de Investimento do PATOPREV é formado por membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração, assim como membros da Diretoria Executiva do Instituto, possuindo caráter consultivo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O Comitê de Investimento do Patoprev é formado por 05 (cinco) membros, que possuem Certificação da Anbima - CPA10.

BRUNO S. UDE
Mairim
[assinatura]

5 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar PATOPREV no acompanhamento e monitoramento do desempenho, do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários.

6 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimento buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Instituto, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses, que se estende de janeiro a dezembro de 2020.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 3922/10 e alterações e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução.

Handwritten signatures and initials:
- "Dm S. Ucci" (written vertically)
- "Mariane" (written horizontally)
- "Bilim" (written horizontally)
- Several other illegible signatures and initials.

sempre com o objetivo de preservar os interesses do Patoprev, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do Patoprev, de acordo com o Artigo 3º, §5º, II – Gestão própria, da Portaria MPS nº 519/11 e alterações, será Gestão própria, ou seja, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco realizará diretamente a execução da Política de Investimento de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I. No entanto pode contar com a contribuição de consultoria financeira para acompanhar a rentabilidade e riscos de sua carteira de investimentos.

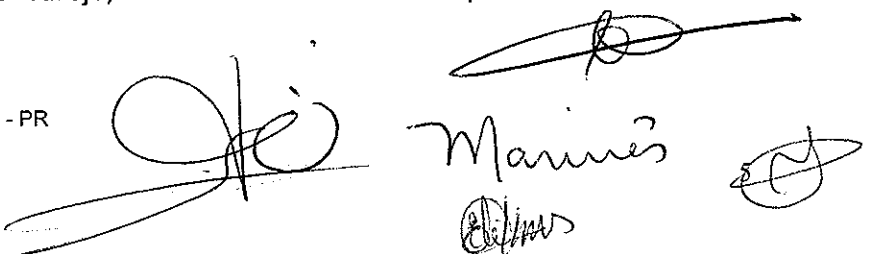
8 Segregação de Massa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2020 o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco prevê que o seu retorno esperado será de **IPCA acrescido de uma taxa de juros de 5,89% a.a.**

O IPCA foi o índice de inflação utilizado pelo Patoprev em 2019, e mantém-se esse índice de inflação para o ano de 2020, pois é o índice oficial do Governo Federal, que significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias.

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, the name 'Marinês' is written in a cursive script. Further right, there is a circular stamp with some illegible text inside. On the far right, another signature is visible, along with a handwritten note that appears to say 'Bom S. 10/02/20'.

Atualmente, a população-objetivo do IPCA abrange as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos (Fonte: <https://www.ibge.gov.br/>).

A escolha da taxa de juros para esta Política de Investimentos de 5,89%aa justifica-se devido a diminuição da taxa de juros estrutural da economia brasileira, visto que no momento encontra-se em 5,0%aa (out/19), com projeções de 4,5%aa para o ano de 2020 (Boletim Focus). Dessa forma, houve uma redução de 6,0%aa para 5,89%aa de meta, levando em consideração que no atual momento da economia, a obtenção de uma taxa de juros mais elevada tem-se mais riscos inerentes as operações financeiras. Por fim, pela diminuição da taxa de juros máxima estipulada para os cálculos atuariais, definidos na Portaria Nº 17, de 20 de maio de 2019 do Ministério da Economia.

Também chamada de Meta Atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Obviamente, esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por essa mesma taxa. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunera os investimentos passa a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

10 Aderência das Metas de Rentabilidade

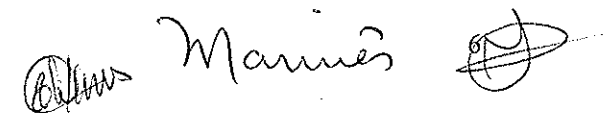
As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Considerando que o início das atividades deste RPPS foi 01/08/2018, com as primeiras alocações de recursos ocorrendo em setembro/2018, verificamos que a carteira apresentou rentabilidade de:

2018: 2,39% (set a dez/18)

2019: 10,75% (jan a out/19)

BRUNO S. MOREIRA

Marinês


11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/10/2019.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
	(Resolução CMN N° 3.922/10)	
Renda Fixa	100%	90,91 %
Renda Variável e Investimentos Estruturados	30%	9,09 %

12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Patoprev e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

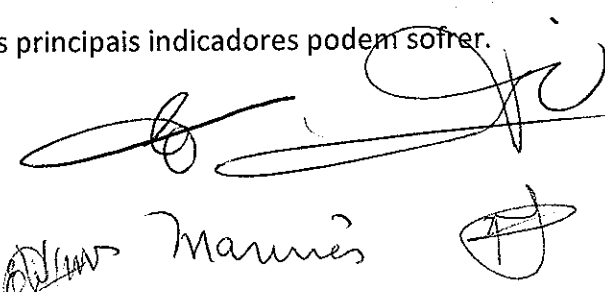
O grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- ✓ Os limites máximos de aplicação em cada segmento e prazos de vencimentos dos investimentos; e
- ✓ A escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Bom dia S. Ugo



Maurício

O cenário utilizado corresponde ao Boletim Focus (25/10/2019) que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado.

Expectativas de Mercado											25 de outubro de 2019									
▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade																				
Agregado	2019					2020					2021					2022				
	H4 4 semanas semanas	H4 1 semanas	Hoje semanas	Comp. semanas	Resp. **	H4 4 semanas semanas	H4 1 semanas	Hoje semanas	Comp. semanas	Resp. **	H4 4 semanas semanas	H4 1 semanas	Hoje semanas	Comp. semanas	Resp. **	H4 4 semanas semanas	H4 1 semanas	Hoje semanas	Comp. semanas	Resp. **
IPCA (%)	3,43	3,26	3,29	A (1)	122	3,79	3,66	3,60	Y (5)	120	3,75	3,75	3,75	= (18)	102	3,50	3,50	3,50	= (13)	93
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,42	3,26	3,29	A (2)	100	3,80	3,65	3,50	Y (1)	100	3,75	3,50	3,50	= (13)	77	3,50	3,50	3,50	= (13)	77
PIB (% de crescimento)	0,87	0,88	0,91	A (2)	77	2,00	2,00	2,00	= (6)	77	2,50	2,50	2,50	= (157)	59	2,50	2,50	2,50	= (10)	55
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,00	4,00	4,00	= (4)	107	3,91	4,00	4,00	Y (1)	100	3,97	4,00	4,00	Y (1)	98	4,00	4,00	4,00	= (4)	75
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	4,75	4,50	4,50	= (1)	113	5,00	4,75	4,50	Y (1)	111	6,50	6,50	6,50	Y (1)	90	7,00	7,00	6,50	Y (1)	82
IGP-M (%)	5,18	5,34	5,51	A (3)	71	4,01	4,11	4,01	Y (1)	69	4,00	3,85	3,85	Y (1)	116	3,75	3,85	3,75	Y (1)	43
Preços Administrados (%)	4,40	4,33	4,50	A (2)	34	4,17	4,11	4,10	Y (1)	34	4,00	4,00	4,00	= (117)	20	3,75	3,75	3,75	= (29)	26
Expansão Industrial (% de crescimento)	-0,54	-0,65	-0,73	Y (1)	18	-2,10	-2,20	-2,10	Y (1)	15	-2,50	-2,50	-2,50	= (10)	10	-2,50	-2,50	-2,50	= (6)	13
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-26,00	-31,30	-31,16	Y (7)	29	-33,00	-37,00	-35,00	Y (2)	29	-40,00	-39,29	-42,00	Y (1)	19	-40,00	-42,00	-43,00	Y (1)	18
Saldo Comercial (US\$ bilhões)	51,71	48,85	47,50	Y (6)	28	48,20	45,00	43,00	Y (4)	27	45,00	46,55	45,00	Y (1)	17	50,00	46,55	45,00	Y (1)	17
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	83,40	80,00	80,35	A (1)	28	83,20	80,00	80,00	= (1)	27	84,00	84,25	83,20	Y (1)	20	82,00	82,00	81,40	Y (2)	18
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	56,19	56,19	56,20	A (2)	23	55,15	56,00	56,00	= (1)	23	56,00	56,00	56,00	= (1)	20	60,00	60,00	60,10	A (1)	19
Resultado Primário (% do PIB)	-1,40	-1,39	-1,34	A (2)	26	-1,13	-1,05	-1,05	= (1)	26	-0,60	-0,60	-0,55	A (1)	27	-0,70	-0,70	-0,50	= (2)	21
Resultado Nominal (% do PIB)	-4,40	-4,30	-4,30	(1)	20	-4,90	-5,65	-5,60	Y (1)	20	-5,40	-5,40	-5,35	Y (1)	14	-5,40	-5,30	-5,35	Y (1)	14

* comportamento dos indicadores desde o Focus anterior de Mercado; ** número de respostas em que ocorreu o último comportamento; *** número de respostas na amostra mais recente

Neste primeiro ano de Governo Federal, toda sua esteve focada na reforma da Previdência, com algumas medidas em paralelo, como a MP da Liberdade Econômica, a liberação do FGTS e concessões no setor de infraestrutura, agora, o Governo tem outros pacotes de reformas a serem discutidos e votados, como a reforma tributária e administrativa.

Dessa forma, o Governo espera criar um grande fato e gerar expectativas positivas para fomentar os investimentos, o crescimento e a geração de emprego, trazendo de volta a confiança dos investidores.

O PMI® SERVIÇOS IHS MARKIT PARA O BRASIL publicado em 05 de novembro de 2019, trouxe os seguintes dados: A economia do setor brasileiro de serviços continuou a melhorar no início do último trimestre. Impulsionadas por ganhos robustos de novos trabalhos, as empresas contrataram funcionários adicionais e aumentaram a atividade de negócios em outubro. Ao mesmo tempo em que as taxas de expansão na demanda e no nível de empregos se aceleraram, o crescimento da produção se atenuou em comparação com setembro. Houve também aumentos mais acentuados nos custos de insumos e nos preços cobrados, ao mesmo tempo em que o otimismo em relação aos negócios se fortaleceu.

O Índice de Atividade de Negócios do setor de serviços, PMI - IHS Markit¹ para o Brasil, sazonalmente ajustado, registrou 51,2 em outubro indicando um crescimento no volume de produção pelo quarto mês consecutivo. Porém, o número básico diminuiu em relação a 51,8, valor registrado em setembro, indicando o aumento mais lento do nível de atividade na atual sequência

¹ A IHS Markit (NYSE: INFO) é líder mundial em informações críticas, análises e soluções para as principais indústrias e mercados que impulsionam as economias em todo o mundo. A empresa fornece a última geração de informações, análise e soluções para clientes nas áreas de negócios, finanças e governos, melhorando a sua eficiência operacional e fornecendo insights profundos que levam a decisões bem informadas e confiáveis. As pesquisas PMI® Índice Gerente de Compras™ estão disponíveis agora para mais de 40 países, e também para regiões-chave incluindo a Zona do Euro. O PMI tornou-se a pesquisa de negócios mais bem-observada em todo o mundo; preferida por bancos centrais, mercados financeiros e tomadores de decisões de negócios, devido à sua capacidade de oferecer indicadores mensais de tendências econômicas atualizados, exatos e frequentemente únicos. Para saber mais visite [ihsmarkit.com/products/pmi.html](https://www.ihsmarkit.com/products/pmi.html).
Rua Tapajós, 64, sala 02, 1º andar, Centro, Pato Branco - PR
CEP: 85501-045 – Fone: 46 3225 6167

Amo 5.11.2019

Manirês

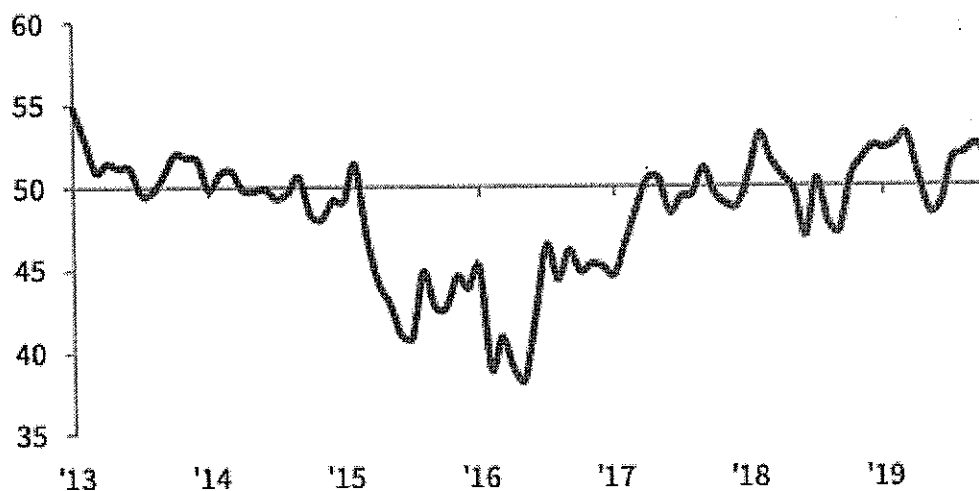
de aumentos. As empresas que relataram uma expansão mencionaram o fortalecimento das condições da demanda como causa.

Houve uma tênue contribuição dos mercados externos, com os novos negócios de exportação crescendo apenas pela segunda vez no ano até o momento. As evidências indicaram um nível mais elevado de turismo e uma melhoria na demanda internacional por serviços brasileiros.

O crescimento das vendas encorajou a atividade de contratação nas empresas de serviços, com a quantidade de empregos aumentando pelo terceiro mês consecutivo. O crescimento do nível de empregos foi sólido e o mais forte em quatro anos e meio.

Índice consolidado de dados de produção

s.a., >50 = crescimento em relação ao mês anterior



Fonte: IHS Markit

A economia do setor privado brasileiro continuou melhorando em outubro/19, sustentada pelos ganhos mais acentuados de novos trabalhos em sete meses. A atividade de negócios e o nível de empregos aumentaram ainda mais, ao mesmo tempo em que o grau de otimismo se fortaleceu em comparação com setembro.

O Índice Consolidado de dados de Produção registrou 51,8 em outubro, indicando um quarto crescimento consecutivo no volume de produção do setor privado. Contudo, ao cair de 52,5 em setembro, o valor mais recente foi consistente com uma taxa de expansão modesta e mais branda. Foi observado um crescimento tanto na economia industrial quanto na de serviços, com esta última na liderança.

A entrada agregada de novos negócios cresceu pelo ritmo mais rápido desde março. A aceleração refletiu um crescimento mais rápido no setor de serviços, com os pedidos de fábrica

Prm S. Ueli
Maiores
9

aumentando da maneira menos significativa em três meses. Ao mesmo tempo em que os prestadores de serviços contrataram funcionários adicionais pela taxa mais rápida em quatro anos e meio, o nível de empregos no setor industrial ficou basicamente estagnado.

As tendências para o sentimento em relação aos negócios foram variadas, com o grau de otimismo diminuindo ligeiramente junto aos produtores de mercadorias e se fortalecendo nos prestadores de serviços.

No cenário internacional, os investidores tem grandes preocupações em torno das negociações comerciais entre China e Estados Unidos, que pode trazer possíveis instabilidades para as correntes comerciais mundiais e instabilidade para o câmbio em todos os países. Assim como a queda do PMIs do setor Industrial na Europa e China, que deixam rastros de incertezas ao comportamento da economia futura, tornando ainda mais desafiador para o investidor com a possibilidade de uma desaceleração mais intensa do crescimento global.

14 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3922/2010 e alterações. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Posição carteira Patoprev 31/10/2019	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos	100%		0%	X	100%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	84,3%	0%	65%	100%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%		0%	X	100%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%		0%	X	5%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	60%		0%	X	60%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	60%		0%	X	60%	Art. 7º, III, "b"
Fundos de Renda Fixa	40%	6,5%	0%	5%	40%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa	40%		0%	X	40%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas	20%		0%	X	20%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancário	15%		0%	X	15%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança	15%		0%	X	15%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC	5%		0%	X	5%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%		0%	X	5%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures	5%		0%	X	5%	Art. 7º, VII, "c"

Assinatura: *[Assinatura]*
Maurício

Fundos de Ações Referenciados	30%	3,4%	0%	15%	30%	Art. 8º, I, "a"
Fundos de Índices Referenciados	30%		0%	X	30%	Art. 8º, I, "b"
Fundos de Ações	20%	4,9%	0%	13%	20%	Art. 8º, II, "a"
Fundos de Índice de Ações	20%		0%	X	20%	Art. 8º, II, "b"
Fundos Multimercados	10%	0,9%	0%	2%	10%	Art. 8º, III
Fundos de Participações	5%		0%	X	5%	Art. 8º, IV, "a"
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%		0%	X	5%	Art. 8º, IV, "b"
Fundos de Ações - Mercado de Acesso	5%		0%	X	5%	Art. 8º, IV, "c"
Renda Fixa - Dívida Externa	10%		0%	X	10%	Art. 9º A, I
Fundos de Investimento no Exterior	10%		0%	X	10%	Art. 9º A, II
Ações - BDR Nível I	10%		0%	X	10%	Art. 9º A, III

Com as taxas de juros brasileiras em patamares tão baixos, este Instituto obriga-se a correr um pouco de risco e fazer novas alocações de recursos em fundos de Revenda variável, pois com investimentos apenas em Renda Fixa não será possível obter grandes rentabilidades de retorno.

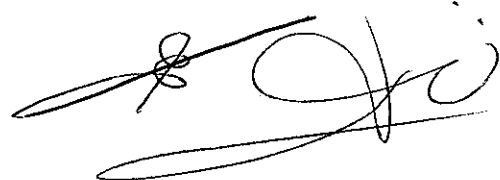
A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13.

15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o Patoprev aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado (exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela Portaria MPS nº 65 de 26/02/2014 e os Títulos Públicos Federais contabilizados pelos custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, em conformidade com a Portaria MF nº 04 de 05/02/2018), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 3922/10 e alterações.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos deste RPPS são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

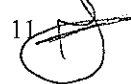
Ann S. Wall



Marinês



11



16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 3922/2010 e alterações, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*), que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

16.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR*, com o objetivo de controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	20 %

16.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

Prm S. Weber

[Handwritten signature]

Trainez

12 *[Handwritten signature]*

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	50%
De 30 dias a 365 dias	0%
Acima de 365 dias	0%

Prm S. Lucas

[Handwritten signatures and initials]

13

16.3 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

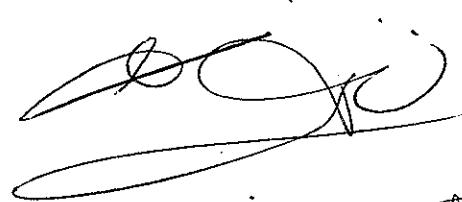
- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

16.4 Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, conforme definições na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. No Credenciamento, o procedimento de seleção de gestores pelo RPPS deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros.

porém 5.11.2011



Marinês 14 

16.5 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

16.6 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

17 Considerações Finais

Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

A presente política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social do Município de PATO BRANCO, e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

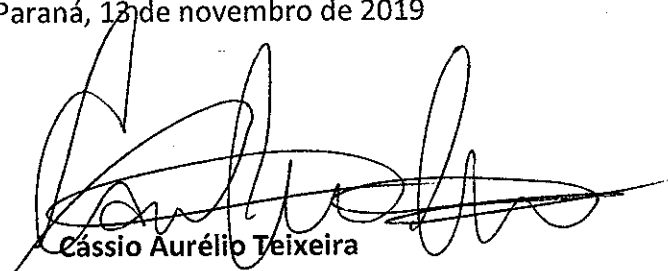
Este documento será disponibilizado por meio do endereço eletrônico patoprev@patobranco.pr.gov.br, publicado em diário oficial do município (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>) e divulgado no site do RPPS <https://www.patoprev.org/>, dessa forma, disponível à todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho de Administração.

Pato Branco, Paraná, 13 de novembro de 2019



Ademilson Candido Silva

Diretor Presidente Patoprev



Cássio Aurélio Teixeira

Presidente do Conselho de Administração